UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

URBIO: UMA PLATAFORMA DE INCENTIVO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO RIO DE JANEIRO

Lourenço Queiroz Capriglione

Rio de Janeiro/RJ
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

URBIO: UMA PLATAFORMA DE INCENTIVO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO RIO DE JANEIRO

Lourenço Queiroz Capriglione

Monografia de Graduação apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Publicidade e Propaganda.
Orientador: Prof. Dr. Frederico Tavares

Rio de Janeiro/RJ
2019

URBIO: UMA PLATAFORMA DE INCENTIVO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO RIO DE JANEIRO

Lourenço Queiroz Capriglione

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Publicidade e Propaganda.

Aprovado por

Prof. Dr. Frederico Tavares – Orientador

Prof. Dr. Marcelo Serpa

Prof. Dr. Eduardo Refkalefsky

Aprovado em: 26/06/2019
Grau: 10,0

Rio de Janeiro/RJ
2019

CIP - Catalogação na Publicação

C253u

Capriglione, Lourenço
Urbio: uma plataforma de incentivo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Rio de Janeiro / Lourenço Capriglione. -- Rio de Janeiro, 2019.
37 f.

Orientador: Frederico Tavares.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Bacharel em Comunicação Social: Publicidade e Propaganda, 2019.

1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2. Sustentabilidade. 3. Rio de Janeiro . 4. Urbio. I. Tavares, Frederico , orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que me ensinou valores humanos e sempre cultivou a minha liberdade de escolha. Obrigado por terem confiado no meu sonho de morar no Rio de Janeiro e estudar na UFRJ.

Aos meus amigos, de Natal e do Rio de Janeiro, com quem compartilho alegrias, tristezas, projetos e sonhos. Obrigado por fazerem com que me sinta em casa onde quer que eu esteja.

A todos os parceiros da 'Urbio', que acreditaram nessa empreitada e estão buscando possibilidades de um futuro mais saudável, digno e alegre.

Aos meus amigos Bruno Medeiros, Gabriela Boutdette, Anita Prado e Thais Farias, que – entre cafés e cervejas – dividiram comigo a experiência de escrever um trabalho de conclusão de curso.

A Daniel Larusso, meu amigo e conselheiro, que me ajudou a enxergar a possibilidade de desenvolver um projeto alinhado aos meus valores e necessidades.

Aos meus professores da Escola de Comunicação, que me mostraram a importância de uma comunicação crítica e humanista.

Ao Professor Frederico Tavares, que acreditou no meu projeto e deu todo o suporte necessário para ele ganhar vida.

A todos os cidadãos que lutam por justiça social, ambiental e me encorajam a acreditar num mundo melhor.

“Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

(Eduardo Galeano)

CAPRIGLIONE, Lourenço Queiroz. **“Urbio: uma plataforma de incentivo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Rio de Janeiro.”** Orientador: Frederico Tavares. Rio de Janeiro, 2019. Monografia (Graduação em Publicidade e Propaganda) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

Este trabalho se propõe à produção de uma plataforma colaborativa online – Urbio – como forma de contribuir para a divulgação e a aplicação, na cidade do Rio de Janeiro, dos 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) acordados pelos Estados-membros das Nações Unidas, em 2015. Para nortear e lastrear essa iniciativa, foram estudados o contexto de surgimento dos ODS, sua implantação no Brasil até o presente momento, bem como a relevância das cidades (urbes) na consolidação das metas estabelecidas em nível global. O desenvolvimento de uma plataforma virtual colaborativa, aliado à criação de um perfil no *Instagram,* ajudará a divulgar eventos sediados no Rio de Janeiro que contribuem para o cumprimento de pelo menos 1 (um) dos 17 (dezessete) ODS, além de conectar pessoas interessadas nesse campo.

Palavras-chaves: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Sustentabilidade; Rio de Janeiro; Urbio

CAPRIGLIONE, Lourenço Queiroz. **“Urbio: uma plataforma de incentivo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Rio de Janeiro."** Advisor: Frederico Tavares. Rio de Janeiro, 2019. Monograph (Undergraduation in Advertising) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This paper is dedicated to the production of an online collaborative platform - Urbio - as a way to contribute to the dissemination and application, in the city of Rio de Janeiro, of the 17 (seventeen) Sustainable Development Goals (SDGs) agreed by the Member States of the The United Nations in 2015. In order to guide and support this initiative, the context of the emergence of SDGs, their implementation in Brazil to date, and the relevance of cities (urbes) in the consolidation of goals established at a global level were studied. The development of a collaborative virtual platform, together with the creation of a profile on Instagram, will help to publicize events based in Rio de Janeiro that contribute to the fulfillment of at least one of the 17 (seventeen) ODS, in addition to connecting interested people in this field.

Palavras-chaves: Sustainable Development Goals; Sustainability; Rio de Janeiro; Urbio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....9
2 UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A TEMÁTICA DA SUSTENTABILIDADE COMO PANO DE FUNDO DOS ODS 13
3 PENSAR GLOBAL: OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 16
3.1 HISTÓRICO 16
4 AGIR LOCAL: A IMPLEMETAÇÃO DOS ODS EM CONTEXTOS REGIONAIS..21
4.1 APLICAÇÃO NO BRASIL.....21
4.2 O PAPEL DAS CIDADES NA CONSOLIDAÇÃO DOS ODS 24
5 O PROJETO 26
5.1 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO 27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 31
REFERÊNCIAS 34

1 INTRODUÇÃO

Vivemos um período de profunda instabilidade social e ambiental no Planeta Terra. Os problemas que hoje assolam as sociedades e comprometem a existência humana são fruto de escolhas no passado, principalmente da forma como o sistema econômico foi moldado – de base extrativista e com distribuição ineficiente dos recursos, provando-se insustentável em longo prazo. O ritmo de produção e consumo das sociedades modernas extrapola a capacidade regenerativa da ecosfera, causando inúmeros efeitos adversos sobre todas as formas de vida na Terra.

Conforme defendem alguns cientistas, vivemos no Antropoceno. Este é o nome utilizado para se referir ao período geológico em que o ser humano se tornou uma força geológica capaz de competir com as forças naturais na modificação do sistema Terra (SILVA; ARBILLA, 2018). O termo, ainda em discussão no meio acadêmico, foi popularizado por meio de artigos publicados pelos cientistas Paul Crutzen (Nobel de Química de 1995) e Eugene F. Stoemer (biólogo norte-americano), em 2000, e pretende substituir o Holoceno – era geológica iniciada há 11.700 anos e na qual, oficialmente, nos encontramos nos dias de hoje (ARTAXO, 2014). A substituição do termo, se aprovada, terá efeitos político, acadêmico, educacional e científico ao enfatizar os impactos adversos causados pela humanidade no nosso Planeta (informação verbal)[1]. Pela primeira vez, nos 4,5 bilhões de anos do Planeta Terra, uma única espécie – o *Homo Sapiens* – tem um impacto tão voraz sobre a estrutura natural do Planeta (WWF, 2018).

A Grande Aceleração – período que ficou conhecido pelo crescimento exponencial do extrativismo, da população humana e do incremento econômico – gerou transformações planetárias sem precedentes devido ao aumento da demanda por energia, solo e água, resultante do crescente consumo das nações (WWF, 2018). Todavia, apesar do bem-estar e da sobrevivência humana dependerem da estabilidade dos sistemas naturais, estamos nos aproximando dos limites planetários.

Segundo o *Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services* - IPBES (2018), cerca de três quartos dos solos da Terra já foram afetados de forma significativa pelas atividades antrópicas. Desde 1970, a população de animais selvagens sofreu um decréscimo assustador de mais de 60% (WWF, 2018). O declínio da biodiversidade também é demonstrado pela taxa de destruição das florestas, que ultrapassa 40%: a cada

[1] Informação fornecida por José Eli da Veiga no evento "Hora do Planeta: Roda de conversa lança livro sobre Antropoceno", ocorrido em São Paulo no dia 28 de março de 2019.

segundo, no mundo, é desmatada uma área do tamanho de um campo de futebol de floresta virgem.

O sistema alimentar mundial, que hoje é considerado uma das maiores ameaças à natureza, utiliza 69% de toda a água potável e 34% das terras, sendo responsável por 75% do desmatamento, 30% da erosão do solo e contribuindo com pelo menos 24% dos gases do efeito estufa que envolvem a Terra. Tais gases, dentre eles o metano e o carbono, já ocasionaram o aumento médio de 1 Cº na temperatura atmosférica desde a Revolução Industrial, comprometendo a vida nos oceanos, intensificando queimadas, favorecendo o branqueamento de corais e aumentando a probabilidade de eventos climáticos extremos.[2]

Os dados sobre as condições de vida da população global também impressionam. Embora um grande contingente populacional tenha saído da pobreza extrema, cerca de metade da população mundial ainda tem dificuldades para satisfazer necessidades básicas. Dessas 3,4 bilhões de pessoas, aproximadamente 800 milhões ainda se encontram em pobreza extrema (WORLD BANK, 2018). A mortalidade de crianças menores que cinco anos caiu 62% entre 1990 e 2016, mas ainda morrem 41 delas a cada mil nascidas, sendo 80% de causas preveníveis. A taxa acompanha a renda da nação: enquanto nos países de alta renda a mortalidade de recém-nascidos é de três a cada mil, nos países de baixa renda é de 27 para cada mil nascidos (UNICEF, 2018). No âmbito da educação, quase 800 milhões de adultos ainda não sabem ler ou escrever frases simples, dos quais 115 milhões têm entre 15 e 24 anos. (UNESCO, 2016)

Nesse sentido, Portilho (2005) ressalta que, apesar dos sistemas naturais estarem sendo explorados em um ritmo frenético e crescente, a riqueza gerada a partir deles não se traduz em bem-estar para a maior parte da população.

> Por um lado, o ambiente natural está sofrendo uma exploração excessiva que ameaça a estabilidade dos seus sistemas de sustentação (exaustão de recursos naturais renováveis e não renováveis, desfiguração do solo, perda de florestas, poluição da água e do ar, perda da biodiversidade, mudanças climáticas etc.) Por outro lado, o resultado dessa exploração excessiva não é repartido equitativamente e apenas uma minoria da população planetária se beneficia dessa riqueza. (PORTILHO, 2004, p. 23)

Sob essa conjuntura, sociedade civil, governos, empresas e organizações internacionais vêm buscando soluções comuns que atendam aos desafios globais emergentes. Ao passo que muitos dos problemas enfrentados pelos países têm similaridades, instituições

[2] Dispoível em: https://www.worldwildlife.org/. Acesso em: 28 abr. 2019

de atuação global têm proposto debates e buscado soluções através da colaboração entre as nações, como ocorre nas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU).

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro – também conhecida como Cúpula da Terra, ECO-92 ou Rio-92 – legitimou-se, em âmbito internacional, que o desenvolvimento econômico deve ser equilibrado com um crescimento que responda às necessidades das pessoas e proteja o meio ambiente. Resultados importantes foram produzidos a partir daí: as duas convenções aprovadas, sobre biodiversidade e sobre mudanças climáticas, além da Agenda 21, que foi um acordo estabelecido entre 179 países para a elaboração de estratégias que objetivassem o alcance do desenvolvimento sustentável. No ano 2000 foi realizada a Cúpula do Milênio da ONU, uma tentativa de se planejar para os desafios que o mundo enfrentaria com a chegada do novo milênio. Nesse encontro, foram estipulados oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que deveriam ser cumpridos pelos Países-membros até 2015.

Em setembro de 2015, novas metas globais foram acordadas pelos países integrantes das Nações Unidas. Foi feito um balanço dos êxitos e fracassos dos ODM, e com isso foram lançados 17 novos objetivos, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Tendo como principal bandeira a erradicação da pobreza extrema, os ODS se apresentam como um norte para promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas. Tais objetivos, que serão analisados com maior profundidade nos próximos capítulos, devem ser cumpridos num esforço conjunto entre Estados-nação, Sociedade Civil, empresas privadas e organizações do Terceiro Setor até 2030.

Se cada um fizer a sua parte por um mundo melhor, mais partes se beneficiam. O objetivo deste trabalho cumpre um pouco a minha pequena parte: criar uma plataforma online para divulgar e disseminar os ODS, e registrar a convergência – direta ou indireta – dos eventos que vêm se multiplicando na cidade do Rio de Janeiro com pelo menos um desses objetivos. Para o desenvolvimento da plataforma Urbio, primeiramente apresenta-se uma breve contextualização da emergência da temática da sustentabilidade em níveis global e nacional. Depois, estuda-se o histórico de atuação das Nações Unidas frente aos desafios globais, incluindo o contexto de surgimento e a transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No quarto capítulo, expõe-se a atual situação do Brasil na implantação desses objetivos e a importância das cidades para sua consolidação. Por fim, desenvolve-se o Site – a ser atualizado periodicamente – com a agenda

carioca de eventos que contribuem para a realização de pelo menos um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Além do site, um perfil criado no *Instagram* incentiva uma interação mais dinâmica com os usuários, estimula a postagem de conteúdos relativos a sustentabilidade e assegura um maior alcance para os eventos cadastrados na plataforma.

2 UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A TEMÁTICA DA SUSTENTABILIDADE COMO PANO DE FUNDO DOS ODS

O ser humano, enquanto ser biológico, é parte integrante da natureza. Contudo, por ter desenvolvido o intelecto e ter passado a se organizar socialmente de forma distinta dos demais animais, estabeleceu, em seu imaginário, múltiplas concepções do que seria a "natureza". Sendo assim, a ideia de natureza em si não é "natural", variando entre as sociedades. Esse pilar é determinante na forma como os indivíduos tecem as relações sociais, forjam sua produção material, se organizam politicamente, enfim, representa conceito fundamental para as estratégias de formação cultural (GONÇALVES, 2001 apud TAVARES, 2009).

O debate sobre esse conceito permeia a sociedade ocidental há séculos e inspira discussões filosóficas que são imprescindíveis para se compreender a questão ambiental na atualidade. Com o crescimento populacional, o gradual processo de industrialização e o acúmulo de conhecimento, a relação entre ser humano-natureza, ou cultura-natureza, é concebida como uma relação de dominação, em que o ser humano detém poder sobre os sistemas naturais, reforçando uma visão antropocentrista do mundo (TAVARES, 2009). A lógica antropocêntrica prevê a separação entre homem e natureza, subjugando os recursos naturais aos interesses humanos.

Em contraponto a essa perspectiva, tem-se a visão "ecocêntrica" ou "biocêntrica" do mundo. Diegues (2002 apud TAVARES, p. 106) ressalta que o prisma biocêntrico "pretende ver o mundo natural em sua totalidade, na qual o homem está inserido como qualquer ser vivo. Além disso, o mundo natural tem um valor por si mesmo, independente da utilidade que possa ter para os humanos." Ainda sobre o tema, pontua: "A vida humana e não humana têm valores intrínsecos independentes do utilitarismo" (DIEGUES, 2002 apud TAVARES, 2009, p. 106).

Não é difícil perceber qual das duas perspectivas impera na modernidade. A crescente necessidade material humana, alicerçada num sistema econômico e cultural onde "ter" é "ser", vem excedendo a capacidade de reprodução natural e assimilação de rejeitos no Planeta Terra. Nesse contexto emerge o debate, em diferentes instâncias públicas e privadas, dos impactos da intervenção humana na ecosfera e das estratégias para mitigá-los, conforme acompanha-se a seguir, numa ótica cronológica.

Até a década de 1970, o rápido crescimento demográfico dos países em desenvolvimento, também chamado de "bomba populacional", era considerado o principal fator de pressão aos recursos naturais. Esse pensamento foi influenciado por diversos

pensadores da corrente neomalthusiana e o poder político das nações mais ricas do globo, que se ausentaram da responsabilidade de refletir sobre sua contribuição para a crise ambiental. (PORTILHO, 2005)

> Considerando que o discurso hegemônico definia os problemas ambientais globais principalmente em termos populacionais, as nações mais ricas do mundo, de acordo com a análise de Maurie Cohen (2001), evitaram, por várias décadas, analisar o impacto dos seus processos de produção e consumo e sua própria responsabilidade diante da crise. (PORTILHO, 2005, p. 42)

Todavia, um novo enfoque emergiu na década de 70, mas dessa vez considerando, no debate, outros fatores além do crescimento populacional. Conforme evidenciado no relatório Os Limites do Crescimento, produzido pelo Clube de Roma entre 1968 e 1972, se a tendência de crescimento de cinco fatores básicos (população, produção agrícola, exaustão de recursos naturais, produção industrial e poluição) se mantivesse, os resultados levariam a uma desestabilização da humanidade em cem anos. Nesse documento, declara-se que o consumo dos recursos naturais nos padrões que se encontrava era insustentável e que, independente de ideologia política, era urgente a mobilização das nações. (TAVARES, 2009)

Portilho (2005) evidencia que a partir da divulgação desse documento e da realização da Conferência de Estocolmo, no mesmo ano, o foco discursivo das questões ambientais passa do crescimento populacional para o estilo de produção das nações industrializadas, que requer grande quantidade de recursos e energia.

> Iniciou-se então um processo gradual de internalização da pauta ambiental nos meios de produção capitalistas, seja por pressão governamental, através de novas normas e exigências ambientais, seja por pressão dos movimentos ambientalistas, através de denúncias, manifestações e boicotes, seja ainda através das próprias iniciativas empresariais, que se apropriaram do discurso ambiental (PORTILHO, 2005, p. 26)

Assim, vinte anos após a Conferência de Estocolmo, é realizada a Rio-92, reunião de extrema relevância para a cooperação internacional em prol das questões ambientais. Como desdobramento desse encontro, diversos atores sociais começam a se engajar no debate da sustentabilidade, tais como organizações governamentais, não governamentais, empresariais, institutos de pesquisa e outros.

É nesse período que grandes corporações começam, de fato, a associar seu discurso à temática ambiental, com reflexos ou não em seus processos. O “crescimento sustentável” passa a ser uma opção de diferenciação de mercado interessante para alguns setores empresariais, com possibilidade de crescimento do seu negócio.

> Ao adotar o compromisso de sustentabilidade ecológica na dinâmica empresarial, as empresas vislumbram uma nova estratégia de diferenciação, necessária para competir no mercado com um posicionamento singular, visando o mercado do "consumo verde". (TAVARES, 2009, p. 121)

Ainda sobre o tema, Ortiz (2000 apud TAVARES, 2009) destaca que desde a Conferência de Estocolmo e a Rio-92, as questões ambientais ganharam novas roupagens e geraram, ao mesmo tempo, uma preocupação com o consumo global e um consumo global "verde". Dentre os novos tópicos de destaque nesse universo, sublinham-se, dentre outros: parcerias ambientais, ecoeficiência, marketing verde, gerenciamento ecológico, educação ambiental, produtos "verdes", gestão ambiental.

É possível associar a emergência de marcas, produtos e consumidores verdes com o afloramento de um novo enfoque no debate ambientalista internacional. Portilho (2005) acentua que, principalmente a partir da década de 90, os altos padrões de consumo das nações e classes afluentes começaram a ser apontados como causas centrais da crise ambiental. Dessa forma, os estilos de vida e consumo, principalmente dos países do Norte Global, passam a constituir então um segundo deslocamento discursivo – dos problemas ambientais causados pela produção para os problemas ambientais causados pelo consumo.

Sob essa perspectiva, o debate sobre as causas e consequências do impacto humano na Terra começa a tomar corpo e a ganhar visibilidade entre todos os setores da sociedade. Acompanhando o crescente nível de exploração dos recursos naturais na atualidade, a busca por soluções cooperativas começa a se expandir, multiplicando as soluções para mitigar os efeitos adversos da humanidade no Planeta. Conforme será visto no próximo capítulo, a ONU se sobressai nesse sentido, ao estabelecer acordos e diretrizes que promovem a sustentabilidade em nível planetário.

3 PENSAR GLOBAL: OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

3.1 HISTÓRICO

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização internacional que visa a colaboração dos países em prol de uma sociedade mais justa, digna e pacífica. Ela foi fundada em 1945, no pós-Segunda Guerra Mundial, como uma forma de promover a paz entre as nações, e desde então vem expandindo sua área de atuação. Atualmente, é composta por 193 Países-membros, ou seja, todos os países reconhecidos no mundo[3].

Desde seu surgimento, a ONU articula encontros dos Países-membros para debater questões de relevância global e definir acordos que visem à promoção do bem-estar para os seres humanos e o meio ambiente. A primeira grande reunião de Chefes de Estado organizada pela ONU para tratar de questões relativas à degradação do meio ambiente foi a Conferência de Estocolmo, que ocorreu em 1972. Nessa convenção, foram debatidas medidas para conter o esgotamento dos recursos naturais e a poluição atmosférica, ocasionados em grande parte pela produção e o consumo desenfreados das sociedades modernas. Apesar de não conseguir estabelecer metas concretas a serem cumpridas pelos países, durante essa reunião foi concebida a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, um documento de relevância política que pretendia inspirar e guiar os povos do mundo para a preservação e a otimização do ambiente humano (ONU, 1972).

Duas décadas após a Conferência de Estocolmo acontece outro grande encontro proposto pela ONU: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Cúpula da Terra, Eco-92 ou Rio-92. O principal documento adotado ao final da conferência é a Agenda 21, que propõe as bases para a ação global e enfatiza grandes dilemas da humanidade.

> A Agenda, estruturada em quatro grandes temas, enfatiza grandes dilemas da humanidade: a questão do desenvolvimento, com suas dimensões econômicas e sociais; os desafios ambientais que tratam da conservação e gestão de recursos naturais; o papel dos atores e dos grupos sociais na organização da sociedade humana; e, finalmente, os meios de implantação das iniciativas e projetos que revelam os conflitos e os riscos da fragmentação social. (CORDANI, 1997, p. 404)

É reconhecido, então, em nível internacional, que o desenvolvimento econômico deve ser equilibrado com um crescimento que responda às necessidades das pessoas e proteja o meio ambiente. Anos após, em 1997, foi adotado outro documento de relevância internacional, o Protocolo de Kyoto. Ele foi resultado de estudos do Painel

[3] Disponível em: https://nacoesunidas.org/conheca/. Acesso em: 22 maio 2019.

Intergovernamental para as Mudanças Climáticas e estabeleceu metas obrigatórias de redução das emissões de gases causadores do efeito estufa para 37 países industrializados e a comunidade europeia.

Com a aproximação do novo milênio, a ONU decidiu organizar uma nova convenção mundial, a Cúpula do Milênio, realizada em setembro de 2000 na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. O fruto desse encontro foi a Declaração do Milênio, que continha valores, princípios e objetivos para o século XXI. Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), subdivididos em 21 metas com prazo para o cumprimento e indicadores de mensuração, eram os seguintes: 1) a erradicação da extrema pobreza e da fome; 2) a promoção da educação primária universal; 3) a promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher; 4) a redução da mortalidade infantil; 5) a melhoria da saúde materna; 6) o combate a HIV/AIDS, malária e outras doenças; 7) a garantia da sustentabilidade ambiental; e 8) a promoção de uma parceria global para o desenvolvimento (ONU, 2000).

Esse encontro adquiriu um significado histórico ao mobilizar todas as nações do mundo em prol de um conjunto de prioridades de relevância planetária que promovem a conscientização global, a responsabilidade política e impulsionam as pressões públicas, de forma mensurável e com prazo definido (SACHS, 2012). Era um compromisso internacional para um mundo mais pacífico, próspero e justo. O conjunto de ações sistêmicas e relativamente coordenadas que deveriam ser cumpridas até 2015 aspirava tornar a globalização uma força positiva para todos, com igualdade em seus benefícios e custos. (OKADO; QUINELI, 2016). Vale mencionar que o ano-base, ou seja, o ano que a partir do qual se considera a diferença nos indicadores é 1990.

Tais objetivos são de fundamental importância para a compreensão da construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), anos depois. Por isso, é necessário fazer um breve levantamento do cumprimento das metas e de críticas a sua formulação. Em análise feita pelo *Lancet and London International Development Centre Commission* (2010), os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram fundamentais para estimular o consenso político global, focalizar em questões legais do Direito Internacional, aprimorar a destinação e o fluxo de ajuda aos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos e melhorar o monitoramento de projetos de desenvolvimento em nível mundial.

O relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU, 2015) é útil no sentido de apresentar um panorama dos êxitos e falhas dos ODM, facilitando o entendimento das estratégias de formulação dos objetivos que sucederam estes após 2015 e que serão

apresentados adiante neste trabalho. Em carta de apresentação, o ex-Secretário Geral da ONU, Ban Ki-Moon, afirma que "A mobilização por trás dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio produziu o movimento antipobreza de maior sucesso da história"[4].

Segundo o relatório, o número de pessoas vivendo em pobreza extrema diminuiu mais da metade, caindo de 1.9 bilhão em 1990 para 836 milhões em 2015. A porcentagem de crianças matriculadas no ensino primário, em países em desenvolvimento, cresceu de 83% em 2000 para 91% em 2015. A taxa de alfabetização entre jovens de 15 a 24 anos, que em 1990 era de 83%, cresceu para 91% em 2015, tendo redução na diferença entre meninos e meninas. Mulheres ganharam representação parlamentar em quase 90% dos 174 países que se tem informação, de 1995 até 2015. A mortalidade global de crianças menores que cinco anos caiu de 90 para 43 mortes a cada mil nascimentos, entre 1990 e 2015. Essas foram apenas algumas das inúmeras conquistas listadas pelo documento.

Apesar dos avanços obtidos, o relatório reconhece que o progresso foi desigual entre as regiões e que as populações vulneráveis – seja por condição de cor, idade, gênero ou situação financeira – ainda se encontram em condições indignas e em desvantagem em relação aos demais.

Nesse sentido, alguns autores destacam lacunas na formulação dos ODM e nos métodos de mensuração utilizados, como a escolha de 1990 como ano-base. Segundo Carvalho e Barcellos (2015), essa escolha foi injusta com muitos países pobres, que não possuíam estatísticas até o estabelecimento dos ODM, dispondo de menos tempo para cumprir as metas. Além disso, eles não encontraram documentos que justificassem a definição dos Oito Objetivos, 21 metas e 60 indicadores escolhidos, sugerindo que algumas dessas decisões foram frutos de acordos políticos nos bastidores.

Segundo Clemens, Kenny e Moss (2007), é difícil assegurar o quanto do cumprimento das metas se deu devido aos ODM. Eles lembram que a China e a Índia possuem uma população enorme e, em função do progresso econômico que tiveram no período, pode ter havido influência nos dados gerais, reforçando que existe disparidade entre os avanços das nações. Ainda segundo esses autores, os ODM foram importantes para nortear e acelerar a perseguição às metas, e não precisam ser tratados com a rigidez de metas de planejamento.

Com a aproximação do prazo final para o cumprimento das metas, reconhecendo os êxitos e falhas em sua concepção e aplicação, os Países-Membros das Nações Unidas decidem expandir o que foi conhecido como o movimento antipobreza de maior sucesso da história.

---

[4] Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/laura-gelbert/objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-onde-ja-avancamos_a_21687209/. Acesso em: 22 maio 2019.

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro em 2012, ficou estabelecido, através do documento "O Futuro Que Queremos" (2012), a criação de um grupo de trabalho aberto e multidisciplinar para elaborar estratégias e ações para o pós-2015. Depois de mais de um ano de deliberações consultivas, entre governos e com contribuições da sociedade civil, empresas e terceiro setor, o Grupo de Trabalho Aberto propôs 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas associadas.

Então, em setembro de 2015, momento em que a ONU comemorou seu septuagésimo aniversário, em reunião realizada no principal comitê deliberativo do Sistema ONU, a Assembleia Geral, os 193 Países-Membros aprovaram a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Os novos objetivos, apresentados como um meio para transformar o planeta num lugar mais sustentável, justo, igualitário e digno, irão influenciar a forma como os Estados-membros devem conduzir sua agenda política nos próximos 15 anos (HÁK; MOLDAN; JANOUSKOVÁ, 2016). Foram conclamadas as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, organizações governamentais e não governamentais, empresas privadas, universidades, mídia e sociedade civil para a conquista dos denominados cinco Ps: a) pessoas; b) planeta; c) parcerias; d) prosperidade; e d) paz. (OKADO; QUINELI, 2016)

Segundo Fukuda-Parr (2016), os ODS tratam várias das principais deficiências dos ODM e incorporam uma agenda mais ampla e ousada que reflete com maior relevância os complexos desafios do século XXI, incluindo a necessidade de reformas estruturais na economia global. No novo documento, a sustentabilidade recebe maior ênfase em todos os campos de conhecimento e ação (SETTI; GALLO, 2014) a partir da percepção de que a crise ambiental pode comprometer os avanços do crescimento econômico.

De acordo com Fakuda-Parr (2016), o foco exclusivo na redução da pobreza – entendida como acesso às necessidades básicas –, principalmente através do auxílio das nações mais ricas às mais pobres, proposto pelos ODM, era uma visão limitada de desenvolvimento. Já os ODS, apesar de terem o combate à pobreza como foco central, expandiram a agenda para incluir outras questões de relevância ambiental, social e relativas à sustentabilidade econômica, tornando-se “tão relevantes para os Estados Unidos como para a Líberia” (FAKUDA-PARR, 2016, p. 44).[5]

[5] Tradução do autor para: "and are as relevant for the USA as for Liberia"

Figura 1: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Fonte: Direção Geral da Educação[6]

[6] Disponível em: https://www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods. Acesso em: 01 jun 2019.

4 AGIR LOCAL: IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS EM CONTEXTOS REGIONAIS

4.1 APLICAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, o processo de negociação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em nível internacional contou com a participação de representantes dos governos locais e da sociedade civil, através do "Grupo de Trabalho Interministerial para a agenda Pós-2015", composto por 27 Ministérios e órgãos de governo. O grupo de trabalho foi criado por meio da Portaria Interministerial nº 116, de 19 de fevereiro de 2014, com o intuito de determinar elementos orientadores para a participação brasileira nas negociações referentes à Agenda 2030[7].

Após a aprovação oficial dos ODS, em setembro de 2015, o Brasil – que se realçou internacionalmente como um dos países que mais avançou no implemento dos oito Objetivos do Milênio, alcançando e superando a maior parte das 21 metas estabelecidas pelo Acordo – começou a traçar planos para a sua implementação em território nacional. O Governo Federal então, por meio do Decreto nº 8.892, de 27 de Outubro de 2016, criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência às ações relativas aos ODS no Brasil. A Comissão, de natureza consultiva e paritária, conta com 32 representantes, entre titulares e suplentes, da sociedade civil e de governos[8].

> Levando em conta os diferentes contextos regionais, econômicos, sociais e ambientais, faz-se necessário que os benefícios dos ODS alcancem todos os brasileiros. Trata-se de uma oportunidade de ação conjunta, onde as políticas locais devem dialogar com a estratégia de ação nacional. (CNODS, 2017, p. 6)

A Comissão Nacional para os ODS, em consonância com o princípio de "não deixar ninguém para trás", expresso na Agenda 2030, agrega os três poderes governamentais, o setor produtivo, a academia e as organizações da sociedade civil, buscando soluções, inclusive por meio de parcerias multissetoriais, para a construção de mecanismos institucionais e de cooperação social no processo de implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS, 2017).

Com propósitos similares, organizações autônomas da sociedade civil vêm atuando na promoção e monitoramento dos ODS no Brasil. É o caso do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável no Brasil (GTSC), que foi

---

[7] Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODS-pos-bras.pdf. Acesso em 28. abr. 2019.

[8] Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/ods/menu-de-relevancia/comissao-ods. Acesso em: 28 abr. 2019.

formalizado em setembro de 2014 e atua "na difusão, promoção e monitoramento da Agenda 2030 e busca divulgar os ODS, mobilizar a sociedade civil e incidir politicamente junto ao governo brasileiro e sistema das Nações Unidas para a sua implementação".[9]

O grupo, que hoje possui 40 membros, é resultado de encontros consecutivos entre ONGs, movimentos sociais, fundações brasileiras e fóruns que participaram das negociações da Agenda 2030 e seus desdobramentos. O Relatório Luz, publicado a cada ano pelo grupo, cumpre o objetivo de reunir dados, textos e análises acerca da implementação dos ODS no Brasil, de forma a esclarecer seu impacto na vida das pessoas e do território.

No último Relatório publicado, em 2018, a equipe do GTSC demonstra preocupação com as escolhas políticas do Brasil nos últimos anos e denota que a evolução da Agenda 2030 está praticamente estagnada no país.

> Os desafios são muitos, estruturantes e complexos. Os orçamentos de políticas e programas importantes para a sociedade e para o meio ambiente estão menores ou zerados, enquanto crescem o endividamento público, a pobreza e a fome. Os abismos sociais entre ricos e pobres se aprofundam, consolida-se a exclusão história baseada em raças, etnias, identidade de gênero e orientação sexual; continuam os ataques às Unidades de Conservação, à legislação ambiental. (GTSC, 2018, p. 5)

Segundo o Relatório (2018), apesar dos avanços obtidos – como a divulgação do Plano de Ação da Comissão Nacional dos ODS – para reverter as atuais crises política e econômica que o país enfrenta, é necessário fazer muito mais. O documento é enfático ao afirmar que o Governo Federal e o Congresso Nacional "estão, obviamente, escolhendo o rumo da insustentabilidade e do retrocesso" (GTSC, 2018, p. 5).

A partir dos dados oficiais disponíveis, o Relatório Luz avalia 121 (das 169) metas dos ODS e constrói um retrato da evolução brasileira no seu cumprimento. Em relação ao ODS 1(um) – Erradicação da Pobreza –, por exemplo, o Brasil teve retrocessos. Devido aos drásticos cortes orçamentários e à descontinuação de programas e ações sociais, o país voltou aos números de 2005 em relação à extrema pobreza, e aos de 2009 em relação à pobreza. O levantamento indicou, ainda, que os 10% mais bem remunerados possuíam 43,3% da massa de rendimentos, enquanto os 10% de menor renda ficaram com apenas 0,7% desta.

Os dados também preocupam quando se tratam de questões ambientais latentes. Tomando o ODS 12 como exemplo, escopo que versa sobre a proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres, percebe-se que as medidas adotadas não são suficientes para conter a profunda degradação dos sistemas naturais que está em

[9] Disponível em: https://gtagenda2030.org.br/. Acesso em: 22 maio 2019.

curso. A despeito de ser considerado um país megadiverso, ou seja, detentor de uma vasta variedade de espécies endêmicas que contribui de forma significativa para o equilíbrio climático, o Brasil tem sido afetado pela progressão do desmatamento, pelo uso intensivo de agroquímicos, pela degradação do solo e por outros fatores ameaçadores às condições de vida humana e não humana no território nacional, principalmente no que se refere às populações mais vulneráveis.

De acordo com os "Livros Vermelhos", publicados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pelo Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora), do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, estima-se que 9,6% da fauna e 45,9% da flora no Brasil estão ameaçadas em distintas categorias de risco, o que coloca o país na contramão da Meta 15.5[10]. O orçamento do Instituto supracitado, que é responsável pelo mantimento das Unidades de Conservação Federais, sofreu corte de 44% entre os anos de 2017 e 2018. (GTSC, 2018)

Se para o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 o "caminho trilhado nos últimos três anos pelo Brasil é incoerente com a Agenda 2030" (GTSC, 2018, p. 5), para o Governo Federal a análise é outra. Segundo o Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2017) – elaborado pela Secretaria de Governo da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – apesar dos desafios enfrentados, o Brasil está realizando avanços consideráveis na pauta da Agenda. Tal observação fica explícita em trecho da apresentação do documento, assinado pelo então presidente Michel Temer: "É longo o percurso pela frente. Mas os avanços que o relatório registra nos dão a certeza de que caminhamos na direção certa, e as recomendações que contempla, a segurança para seguir adiante" (SECRETARIA DE GOVERNO, 2017, p. 7).

No relato, definido como "um diagnóstico inicial do País e das ações ainda necessárias rumo à erradicação da pobreza e à promoção de um Brasil mais próspero e sustentável" (SECRETARIA DE GOVERNO, 2017, p. 13), são apresentadas as principais etapas estratégicas para a incorporação da Agenda 2030 em âmbito nacional. Uma delas é a criação da CNODS, já mencionada neste trabalho. Outras duas são: a adequação de metas à realidade brasileira – que deve levar em conta a diversidade regional, a conjuntura socioeconômica e as

[10] Meta 15.5: Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas

prioridades do Governo –; e a definição de indicadores nacionais que considerem a disponibilidade de dados e a possibilidade de monitoramento em níveis nacional e local.

Entre avanços e desafios, o Governo Nacional reconhece que a pobreza e a pobreza extrema cresceram nos últimos anos, mas atribui esse fenômeno à crise econômica e fiscal. Todavia, garante que medidas como as adotadas pela Política Nacional da Assistência Social (PNAS) estão contribuindo para a erradicação da pobreza no país. Para cada um dos dezessete ODS, são pontuadas as dificuldades e apresentadas as políticas nacionais que contribuem para o cumprimento das metas acordadas.

Independente do nível de avanço dos ODS no Brasil, é consensual que ainda há muito a ser feito. Faz-se necessário a cooperação de todos os setores da sociedade – governos, sociedade civil, empresas, organizações não governamentais e academia – para a criação de soluções que nos permitam alcançar os objetivos pactuados internacionalmente e construir uma sociedade mais justa, próspera e sustentável.

4.2 O PAPEL DAS CIDADES NA CONSOLIDAÇÃO DOS ODS

Segundo Graute (2016), o slogan "pense globalmente, aja localmente", que incita as pessoas a considerar o planeta inteiro enquanto agem em seu contexto local, tornou-se popular nos anos 70. Anos após, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), o slogan foi retomado e desenvolvido. A Agenda 21, um dos principais resultados da conferência, ficou bastante conhecida pelas 5000 iniciativas locais relacionadas ao documento que foram lançadas nos anos seguintes à conferência, fortalecendo a participação e a responsabilidade das pessoas em nível local.

De acordo com Ferreira (1998), as cidades estão se tornando cada vez mais o principal palco na definição de estratégias e políticas de desenvolvimento, pois o modo de produção e consumo que caracteriza o atual estilo de desenvolvimento tende a consolidar-se em seu espaço. Essa visão é compartilhada pela ONU e fica evidente quando Ban Ki-moon, então Secretário Geral da Organização, afirma que o caminho para a sustentabilidade global será através das cidades e vilas do Globo (GRAUTE, 2016).

> A implementação bem-sucedida dos ODS requer uma estreita coordenação de esforços e responsabilidades políticas entre os vários ministérios e autoridades locais, garantindo a coerência das políticas. Além disso, a participação ativa de vários grupos dentro da sociedade (por exemplo, cidadãos, empresas,

> ONGs) é necessária para definir e implementar a visão nacional e as metas políticas (LUCAS et al., 2016 apud GALLI et. al, 2018).[11]

Partindo da premissa de que ações locais devem estar alinhadas com os desafios globais e podem contribuir de forma significativa para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até o ano de 2030, no capítulo seguinte será abordado o processo de desenvolvimento de uma plataforma online, que pretende contribuir com a integração dos diferentes atores sociais para o alcance das metas estipuladas globalmente.

[11] Tradução do autor para: "Successful SDG implementation requires close coordination ofpolicy efforts and responsibilities between various ministries and localauthorities, ensuring policy coherence. Furthermore, active participa-tion of various groups within society (e.g. citizens, businesses, NGOs) isrequired in defining and implementing the national vision and policytargets".

5 O PROJETO

Dado o cenário de extrema instabilidade social e ambiental em que vivemos, urge desenvolver iniciativas que nos permitam cocriar novas possibilidades de futuro, mais dignas, sustentáveis e justas para todos os seres humanos e não humanos. Nesse sentido, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável oferecem um horizonte de esperança ao elencar metas que devem ser perseguidas por todas as nações do Planeta, incluindo setores governamentais e não governamentais, empresas privadas e sociedade civil.

A partir da metodologia "pensar global, agir local" – que remete a agir localmente levando em conta os desafios globais – e considerando que os encontros pessoais têm relevância para o desenvolvimento individual e a evolução da consciência coletiva, a plataforma Urbio pretende reunir em um ambiente virtual eventos sediados no Rio de Janeiro que contribuam para o cumprimento de pelo menos 1 (um) dos 17 (dezessete) objetivos propostos pela ONU. Constarão quatro abas no endereço virtual www.urbio.com: 1) Urbio; 2) Agenda; 3) Indique; e 4) Parceiros.

Na aba 'Urbio', descreve-se o propósito da Plataforma, apresentam-se uma breve explicação sobre os ODS (com hiperlink para conhecer um pouco mais sobre cada um deles), um hiperlink para o *Instagram* e o email de contato. Na aba 'Agenda', o usuário encontra uma agenda, no estilo *planner* mensal, de eventos ligados a sustentabilidade realizados no Rio de Janeiro. Ao clicar no nome do evento, um *pop-up* surge na tela com informações sobre missão, finalidade, data, hora, local, preço de inscrição (se houver), hiperlink para o evento editado no *Facebook* ou em outro endereço virtual, além de uma imagem ilustrativa. Não há limite de eventos por dia. Na aba 'Indique', o usuário acessa um formulário para indicar um evento que considera estar alinhado com algum dos ODS. Além do nome e *e-mail* de quem está fazendo a sugestão, serão requeridas todas as informações necessárias sobre o evento para a sua divulgação na aba 'Agenda'. Após ser submetido a avaliação quanto ao atendimento aos critérios da plataforma, o evento recomendado pelo usuário será então divulgado. Na aba 'Parceiros', constam todas as organizações e empresas que organizam eventos de teor socioambiental, de quem a Plataforma obtém concordância prévia de envio mensal – para o *email* da Urbio – da programação de eventos relacionados aos ODS. Ao clicar no logo da organização, o usuário será redirecionado para seu site oficial.

Para complementar as funcionalidades do site, foi criado o perfil @urbio.rio no *Instagram*. Nessa rede, os eventos serão divulgados por *stories* e no *feed*, permitindo uma

maior interatividade com os usuários. Conteúdos relativos a sustentabilidade também serão veiculados nessa plataforma, no formato de vídeo e imagem. Serão feitas enquetes, votações, vídeos ao vivo, uso de GIFs e outras aplicabilidades que conferem uma maior dinamicidade à marca.

Sendo assim, a plataforma ajudará a promover eventos que de alguma forma contribuem para os ODS e, consequentemente, para a construção de um futuro mais sustentável para todos. Além disso, ressalta-se o caráter educativo da página quando, ao compartilhar conteúdo e reflexões sobre os ODS e sustentabilidade em geral, ajuda a estruturar redes de pessoas engajadas socioambientalmente e apoia o trabalho daqueles que oferecem esse tipo de serviço.

5.1 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A ideia de desenvolver uma plataforma que compilasse a programação carioca relacionada, direta ou indiretamente, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável começou a tomar forma a partir de uma enquete veiculada pelo *Instagram*. Por meio do perfil *@fuckdisposables*, atualizado por mim com dicas e reflexões sobre sustentabilidade, questionei os seguidores: "Quais as suas maiores dificuldades em relação à prática da sustentabilidade? Onde estão os maiores obstáculos para que você comece a realizar ações que tenham impacto socioambiental positivo?".

A enquete ficou disponível no *Instagram Stories* por 24 horas e contou com 16 respostas. Dentre as queixas pontuadas, em ordem decrescente, estavam: 1) sentimento que os problemas são maiores do que meu alcance; 2) falta de trabalho na área; 3) linguagem inacessível; 4) preço elevado dos produtos ecológicos; 5) carência de encontros presenciais. Junto a esse levantamento, conversei com amigos que consomem conteúdo relacionado a sustentabilidade e com pessoas que trabalham na área, para poder desenvolver um serviço ou produto inovador que supra uma carência real nesse nicho. A minha tentativa foi de modelar um projeto que contemplasse as queixas mais frequentes e permitisse aumentar o *network* com pessoas, projetos e empresas ligados à sustentabilidade.

O plano inicial era criar um portal de sustentabilidade que contemplasse diversos aspectos desse universo, como mapas de brechó, lojas a granel e descartes especiais, cadastro de currículos, serviços ambientais, agenda de eventos, princípios do movimento Zero Desperdício, dentre outros. Ao conversar com profissionais de w*eb design,* descobri que para desenvolver um site de tamanha complexidade seria necessário arcar com um custo

monetário alto e prover um tempo de desenvolvimento longo. Sendo assim, baseado na metodologia do Mínimo Produto Viável (MPV), definida por Rancic Moogk (2012, p. 24)[12] como "a versão de um produto que é suficientemente completa para demonstrar o valor que trás aos usuários", optei por focar em uma das vertentes do portal e desenvolvê-la com mais empenho, para então, ao término da graduação, coletar *feedbacks* dos usuários e expandi-la.

Segundo o autor, a comercialização de um novo produto ou serviço pode ser uma tarefa complexa que requer recursos – como tempo e dinheiro –, determinação e visão. Ele pontua: "Empreendedores de todos os tipos – em uma garagem, em uma multinacional ou em um empreendimento social – têm ideias brilhantes e perseverança para ter sucesso. Recursos, no entanto, podem ser escassos" (MOOGK, 2012, p. 23).[13] Sendo assim, como o MPV só precisa das funcionalidades estruturais, ele pode contribuir para que uma ideia saia do papel com menos tempo e tenha a possibilidade de se desenvolver a partir de *feedback* dos usuários e da captação de investimentos externos.

A partir da análise das respostas coletadas pessoalmente e pela internet, bem como do desejo de criar um produto inovador, escolhi desenvolver a Agenda de Eventos e limitar a área de cobertura para a cidade do Rio de Janeiro, na qual conheço diversos empreendimentos socioambientais e participo de eventos desse teor há muitos anos. Como existe a possibilidade de expansão da plataforma, inclusive para outras cidades, optei por colocar '.rio' ao lado do logo 'Urbio' como uma marca estilística para definição geográfica.

Chegado o momento de definir um nome para a plataforma, surgiu 'Urbio', nascido da junção de 'urbe', relativo a cidade, e 'bio', que significa vida. Posteriormente, defini um critério para os eventos a serem divulgados no site. Como a maior referência mundial em metas e princípios de sustentabilidade atualmente são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, desenvolvidos pela ONU e abordados em maior profundidade no primeiro capítulo desse trabalho, esse foi o critério estabelecido. Sendo assim, para que um evento seja divulgado pela plataforma Urbio, ele deve ter relação direta ou indireta com pelo menos 1 (um) dos 17 (dezessete) ODS estabelecidos pela Assembleia das Nações Unidas na Agenda 2030. Essa escolha está alinhada com o intuito da plataforma, que é tornar o mundo um lugar mais justo, próspero e sustentável, através de encontros entre seres humanos

---

[12] Tradução do autor para: "a version of its product that is complete enough to demonstrate the value it brings to the users: a minimum viable product (MVP)."

[13] Tradução do autor para: Entrepreneurs of all stripes, in a garage, a multinational, or in a social enterprise, have brilliant ideas and doggedness to succeed. Resources, however, can be scarce."

engajados em transformação socioambiental. Devido ao caráter abrangente e universal das metas, permite-se abarcar eventos de diferentes áreas, como educação, energia, meio ambiente, cultura, arte e outros.

A fim de aperfeiçoar o fluxo de informações da plataforma, decidi estabelecer parcerias com empresas, instituições não governamentais, coletivos e casas de colaboração. Minha proposta era que me enviassem a programação do mês assim que ela fosse definida, para que o site tivesse uma atualização continuada com informações recentes e confiáveis. Essa prática colaborativa beneficiaria tanto a instituição, que teria seus eventos divulgados, quanto a plataforma e os usuários. Para aumentar ainda mais a rede de parcerias, solicitei, via *Instagram Stories* do perfil @fuckdisposables, que os seguidores cariocas me encaminhassem sugestões de organizações que tivessem afinidade com o projeto.

Uma funcionalidade sinérgica do site é o espaço dedicado a colher novas sugestões de eventos, hospedado na aba 'Indique': qualquer visitante poderá fazer uma indicação, baseado na premissa de empatia com os ODS. Essa ferramenta contribui para aumentar a disponibilidade de eventos registrados, atrair novos parceiros (minha pesquisa não se esgota aqui e entrarei em contato com cada *host* que ainda não conheço) e descentralizar os eventos do eixo Zona Sul–Centro, onde está concentrada a maioria dos parceiros catalogados até agora. Para cadastrar uma nova sugestão, o visitante terá que responder às seguintes perguntas, via *Google Forms:* 1) Nome do evento; 2) Local, data e hora; 3) Link para o evento do *Facebook* ou *landpage* virtual do evento (se houver); 5) Descrição do evento; 6) Dados pessoais.

Um dos objetivos secundários deste projeto é aumentar a consciência da sociedade civil, empresas privadas, organizações não governamentais e outros *stakeholders* envolvidos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Uma vez que, para ter o evento contemplado pela plataforma é preciso que ele se relacione com um ou mais dos ODS, os visitantes e parceiros que sugerirem eventos precisam ter conhecimento sobre o tema, aumentando a consciência sobre os desafios globais enfrentados pela Humanidade e as diretrizes para solucioná-los. Caso eles não tenham conhecimento prévio sobre o assunto, na aba 'Urbio' serão disponibilizadas informações sobre os ODS, bem como links para a página oficial da ONU e outras correlatas.

Ao realizar uma análise da plataforma, é possível perceber que além de impulsionar eventos relacionados a cada um dos ODS, ela mesma se insere como uma estratégia para a promoção de alguns dos objetivos, como o 17º, por exemplo, que trata do fortalecimento dos

meios de implementação e revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável.

> **17.16** Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento
> **17.17** Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias [14]

Sendo assim, a plataforma cumpre com o objetivo de fortalecer as alianças locais entre os diferentes setores sociais, de forma a mobilizá-los em prol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, retroalimentando o engajamento dos produtores e frequentadores de eventos dessas áreas.

[14] Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/ods17/. Acesso em: 01 jun 2019.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, cujo objetivo é a criação de uma plataforma de incentivo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na cidade do Rio de Janeiro, realizou para tanto uma breve, porém cuidadosa, investigação dos discursos e práticas de sustentabilidade em âmbito global – com enfoque nos acordos pactuados entre os Estados-membros das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável. Estudou-se a emergência e o desenvolvimento da temática da sustentabilidade no cenário internacional, o histórico de atuação da ONU na promoção do bem-estar humano e ambiental, a implementação dos ODS no Brasil até o presente momento, bem como o papel central das cidades para a consolidação da Agenda 2030, dentro do prazo acordado.

Como visto na parte inicial deste trabalho, o discurso sobre sustentabilidade se transformou ao longo do tempo. O modo como enxergamos a natureza – separada do ser humano – trouxe consequências nefastas para todas as formas de vida na Terra; e à medida que o impacto antrópico foi se tornando evidente, diferentes atores sociais começaram a pesquisar e debater sobre as causas, consequências e possíveis soluções para esses desafios da problemática ambiental. Passando pelo crescimento populacional, produção e consumo das sociedades, o debate da sustentabilidade vem se complexificando e agregando novas interpretações ao longo dos anos, ganhando cada vez mais centralidade na sociedade.

Sob o pano de fundo dessas discussões, a ONU e outras agências internacionais começam a organizar conferências transnacionais, a fim de pensar em soluções conjuntas e estipular metas a serem perseguidas para garantir o bem-estar da população e a manutenção dos sistemas naturais que suportam a vida no Planeta Terra.

É possível notar que, conforme essas conferências vão ocorrendo, o debate sobre sustentabilidade ganha relevância política e social ao redor do planeta, sempre aglutinando novas nuances e diretrizes. A Cúpula da Terra, por exemplo, foi fundamental para inserir o Brasil no debate internacional sobre sustentabilidade e fincar as bases do que hoje é conhecido como desenvolvimento sustentável – aquele que combina o incremento econômico com o bem-estar da população e a proteção ao meio ambiente.

Sob esse prisma, percebe-se a expressividade da Cúpula do Milênio por reunir, pela primeira vez, todas as nações reconhecidas do Globo em torno de objetivos comuns. Os 8 (oito) Objetivos do Milênio, frutos dessa reunião, adquiriram um significado histórico ao encerrar diretrizes que deveriam ser perseguidas por todos os setores sociais, a fim de alcançar, até o prazo de 2015, as 21 metas contidas no documento.

Conforme a narrativa do capítulo 3, essas metas não foram alcançadas em sua plenitude, mas tiveram resultados impressionantes no que se refere à diminuição da pobreza extrema e ao aumento do acesso a serviços básicos em nível global. Mesmo sendo considerado pelo Ex-Secretário Geral da ONU, Ban Ki-Moon, como o maior movimento antipobreza do mundo, é reconhecido – no Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, produzido pela própria organização – que o progresso foi desigual entre as nações e que ainda há muito a ser feito, principalmente no auxílio às populações mais vulneráveis.

Nesse sentido, entende-se a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), anos depois, como uma forma de retificar as falhas dos ODM e estender a abrangência do movimento, incluindo novas pautas de relevância internacional e estabelecendo metas ainda mais ousadas. É possível afirmar, então, que a Agenda 2030, que tem em seu escopo os 17 ODS, é o maior e mais completo guia planetário já formulado para o desenvolvimento das nações e dos povos de forma digna, justa e sustentável.

Ao analisar a aplicação dos ODS no Brasil, nos últimos quatro anos, percebe-se que há divergências entre o discurso do Governo Federal e de organizações da sociedade civil que monitoram o avanço dessa agenda em território nacional. Enquanto o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável no Brasil (GTSC) expressa preocupação com as escolhas políticas dos últimos anos e denota que as instâncias públicas de poder estão trilhando um caminho contrário ao proposto pelo plano das Nações Unidas, o Governo Federal manifesta confiança que o Brasil está realizando avanços significativos na pauta da Agenda 2030. Esse antagonismo denota que ainda há um longo caminho para ser trilhado e que todas as instâncias não governamentais, incluindo sociedade civil, devem estar atentas e participativas na perseguição dos ODS no Brasil.

Ainda, observou-se que as cidades têm um papel central na definição de estratégias e políticas de desenvolvimento para o cumprimento dos ODS. A atuação local, em municípios e regiões, é imprescindível para lidar com as questões globais e, sem ela, a batalha pelo desenvolvimento sustentável estaria perdida. Partindo dessa premissa, foi elaborada uma plataforma virtual que pretende engajar os moradores do Rio de Janeiro em prol do cumprimento da Agenda 2030.

A ideia da 'Urbio' – surgida a partir de uma série de conversas virtuais e presenciais com pessoas interessadas pelo tema da sustentabilidade – provocou minha intenção de desenvolver um projeto que suprisse uma carência real desse segmento com um impacto socioambiental positivo. Dessa forma, pareceu profícua minha opção por criar uma agenda

colaborativa de eventos sediados no Rio de Janeiro que contribuíssem para o cumprimento de pelo menos 1 (um) dos 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Esse projeto está em consonância com as diretrizes da Agenda 2030, que prevê o engajamento de diferentes setores sociais para a construção de um mundo mais justo, digno e sustentável. Ao prospectar eventos de impacto socioambiental positivo ocorridos no Rio de Janeiro – sejam eles produzidos por indivíduos autônomos, grupos auto-organizados, governos, empresas ou organizações sem fins lucrativos – a plataforma contribuirá para que mais pessoas estejam cocriando e monitorando o caminho para os ODS, reforçando o espírito de comunidade e apoiando os produtores de encontros tão relevantes para o desenvolvimento da cidade em sintonia com as questões globais.

Posteriormente, pretende-se expandir a plataforma de modo a incluir funcionalidades como mapas interativos (de brechós, lojas a granel e descartes especiais), cadastro de currículos de profissionais ligados a sustentabilidade, um guia de empresas que exercem serviços ambientais, portfólio de ONGs ligadas a causas socioambientais, dentre outras. Continuarei investindo tempo e recursos para que a 'Urbio' se torne um grande portal online de sustentabilidade, se expanda para outras cidades e até produza eventos próprios, prestando uma contribuição significativa para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e para um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

ARTAXO, P. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?. **Revista USP**. São Paulo, n. 103, p. 13-24, 22 nov. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/99279> Acesso em: 28 abr. 2019.

CARVALHO, Paulo; BARCELLOS, Frederico. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: uma avaliação crítica. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94600.pdf> Acesso em: 23 abr. 2019.

CLEMENS, Michael; KENNY, Charles; MOSS, Todd. The Trouble with the MDGs: Confronting Expectations of Aid and Development Success. **World Development,** [S.l], v. 35, n. 5, p. 735–751, 2007. Disponível em: <http://faculty.ucr.edu/~jorgea/econ181/clemens_etal_wd07.pdf> Acesso em: 27 abr. 2019.

COMISSÃO NACIONAL PARA OS ODS (CNODS). **Plano de ação 2017 - 2019**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Plano-Acao-ComissaoNacional-ODS.pdf> Acesso em: 28. abr. 2019.

CORDANI, Umberto G.; MARCOVITCH, Jacques; SALATI, Eneas. Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. **Estud. av.** São Paulo, v. 11, n. 29, p. 399-408, Abr. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 abr. 2019.

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

FUKUDA-PARR, Sakiko. From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: shifts in purpose, concept, and politics of global goal setting for development. **Gender & Development**. [S.l], v. 24:1, p. 43-52, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13552074.2016.1145895?scroll=top&needAccess=true> Acesso em: 28. abr. 2019.

GALLI, A., DUROVIC, G., HANSCON, L.; KNEZEVIC, J. Think globally, act locally: Implementing the sustainable development goals in Montenegro. **Environmental Science & Policy**. [S.l], v. 84, p 159-169, jun. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1462901117307232> Acesso em: 22 maio 2019.

GALLO, Edmundo; SETTI, Andréia Faraoni Freitas. Territory, intersectoriality and stages: requirements for the effectiveness of the sustainable development goals. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4383-4396, Nov. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014001104383&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 29 Abr. 2019.

GRAUTE, Ulrich. Local Authorities Acting Globally for Sustainable Development. **Regional Studies**. [S.l], v. 50, n. 11, p 1931-1942, Abr. 2016. Disponível em: <https://rsa.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00343404.2016.1161740?needAccess=true> Acesso em: 13 maio 2019.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL (GTSC). **Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2018/07/relatorio-sicc81ntese_final_download.pdf> Acesso em: 30 abr. 2019.

HÁK, T.; MOLDAN, B.; JANOUSKOVÁ, S. Sustainable Development Goals: a need for relevant indicators**. Ecological Indicators**. [S.l], v. 60, p 565-573, Jan. 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1470160X15004240> Acesso em: 24 mai. 2019.

INTERGOVERNMENTAL SCIENCE-POLICY PLATFORM ON BIODIVERSITY AND ECOSYSTEM SERVICS (IPBES). **Summary for policymakers of the thematic assessment report on land degradation and restoration of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and ecosystem Services.** Germany, 2018. Disponível em <https://www.ipbes.net/assessment-reports/ldr> Acesso em: 28 abr. 2019.

OKADO, Giovanni; QUINELLI, Larissa. Megatendências mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a “nova agenda” das Nações Unidas. **Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos.** Goiânia, v. 2, n. 2, p. 109-110, jul/dez 2016. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/5266> Acesso em: 22 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. Estocolmo, 1972. Disponível em: <http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503&l=en:> Acesso em: 28 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração do Milênio**. Nova Iorque, 2000. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html> Acesso em: 26 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Nova Iorque, 2015. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015_PT.pdf> Acesso em: 26. abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **The Future We Want**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/733FutureWeWant.pdf> Acesso em: 1 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **3º relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos: o impacto da aprendizagem e da educação de adultos na saúde e no bem-estar, no emprego e no mercado de trabalho e na vida social, cívica e comunitária.** Hamburg, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247056> Acesso em: 29 abr. 2019.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

RANCIC MOOGK, D. Minimum Viable Product and the Importance of Experimentation in Technology Startups. **Technology Innovation Management Review**. [S.l], v. 2, n. 3, p. 23-26, Mar. 2012. Disponível em: <https://timreview.ca/article/535> Acesso em: 01 jun. 2019.

SACHS, Jeffrey. From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals. **The Lancet**. New York, v. 379, n. 9832, p. 2206-2211, Jun. 2012. Disponível em: < https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(12)60685-0/fulltext> Acesso em: 23 mai. 2019.

SECRETARIA DE GOVERNO. **Relatório Nacional Voluntário Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/snas-documentos/relatoriovoluntario_brasil2017port.pdf> Acesso em: 30 abr. 2019.

SILVA, C. M.; ARBILLA, G. Antropoceno: Os Desafios de um Novo Mundo. **Revista Virtual de Química**. [S.l], v. 10, n. 6, Mar. 2018. Disponível em: <http://rvq.sbq.org.br/imagebank/pdf/ArbillaNoPrelo.pdf.> Acesso em: 28 abr. 2019.

TAVARES, Fred; IRVING, Marta. **Natureza S.A** - O Consumo Verde na Lógica do Ecopoder. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). **Every Child Alive: the urgent need to end newborn deaths**. Geneva, 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/publications/index_102640.html> Acessado em: 29 abr. 2019.

WAAGE, J.; BANERJI, R.; CAMPBELL, O.; CHIRWA, E.; COLLENDER, G.; DIELTIENS, V.; UNTERHALTER, E. The Millennium Development Goals: a cross-sectoral analysis and principles for goal setting after 2015. **The Lancet.** New York, v. 376, n. 9745, p. 991-1023, Set. 2010. Disponível em: <https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(10)61196-8.pdf> Acesso em: 27 abr. 2019.

WORLD BANK. **Poverty and Shared Prosperity 2018: Piecing Together the Poverty Puzzle**. Washington, 2018. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity> Acessado em: 29 abr. 2019.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE (WWF). **Living Planet Report - 2018: Aiming Higher.** Gland, 2018. Disponível em: <https://promo.wwf.org.br/planetavivo2018?_ga=2.183967781.2024769899.1556566306-847992885.1556566306> Acesso em: 28 abr. 2019.